

**A INVISIBILIDADE DE CRENÇAS NÃO CRISTÃS NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO
EM OURO PRETO E MARIANA**

***THE INVISIBILITY OF NON-CHRISTIAN BELIEFS IN THE
RELIGIOUS EDUCATION TEACHERS' TRAINING IN OURO
PRETO AND MARIANA***

Gláucio Antônio Santos*
Marco Antônio Torres**
Marcus Vinícius Fonseca***

RESUMO

Este trabalho tem como proposta apresentar reflexões a respeito da invisibilidade das religiões e doutrinas não cristãs na formação de professores de Ensino Religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais. Por meio de parceria institucionalizada, mas não formalizada, a Secretaria de Estado da Educação e a Arquidiocese de Mariana se uniram para realizar os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, titulação quase homônima ao Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso oferecida no passado pelo próprio Governo Estadual com apoio das denominações religiosas, amparados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Nas cidades de Ouro Preto e Mariana, o Estado se valeu da Superintendência Regional de Ensino - SRE/Ouro Preto para qualificar os docentes, formação realizada nas dependências da Igreja Católica Apostólica Romana.

PALAVRAS CHAVE: Ensino Religioso; Laicidade; Diversidade Religiosa.

* Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Fundação Comunitária, Educacional e Cultural de João Monlevade (2005), especialização em Gestão de Pessoas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (2014).

** Graduação (1999), mestrado (2005) e doutorado (2012) em Psicologia pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Atualmente está vinculado ao Departamento de Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS UFOP/Cidade de Mariana-MG.

*** Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1994), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2007) e pós-doutorado em Educação na UFMG (2009) e USP (2014). ICHS UFOP/Cidade de Mariana-MG.

ABSTRACT

This paper aims to present reflections on the invisibility of non-Christian religions and doctrines in the training of Religious Education teachers in Ouro Preto and Mariana cities, in Minas Gerais. Through institutionalized partnership, but not formalized, the State Department of Education and the Archdiocese of Mariana joined to perform Methodology Meetings and Religious Education Philosophy, which is a homonymous title for the Religious Teaching Methodology and Philosophy Course offered by this Government to support the religious denominations, sustained by the National Education Bases and Guidelines Law - LDB. In Ouro Preto and Mariana, the State used the Regional Superintendent of Education - SRE / Ouro Preto to qualify teachers, this training was held on the premises of the Roman Catholic Church.

KEYWORDS: Religious education; Secularity; Religious Diversity.

INTRODUÇÃO

Nas históricas cidades de Ouro Preto e Mariana, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, por meio da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto/SRE e da Arquidiocese de Mariana se uniram para promover cursos de capacitação de professores de Ensino Religioso. A atividade é realizada há pelo menos 20 anos sob a justificativa de qualificar profissionais da educação para as salas de aula em razão da pouca oferta de professores no mercado de trabalho com formação acadêmica específica para a disciplina. Para isso são promovidos Encontros de Metodologia e Filosofia de Ensino Religioso para qualificar tais profissionais para atender necessidade da rede pública de ensino, a título precário. Isto significa que o educador poderá atuar na sala de aula até que inicie ou conclua formação específica na área. Os eventos são abertos, ainda, a profissionais da rede privada de ensino, oferecidos sob a gestão da Arquidiocese, dentro de suas dependências, por meio de uma pedagoga que acumula também o papel de agente pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana; ações com pouco acompanhamento por parte do Estado, conforme investigação realizada ao longo do ano de 2013.

A parceria institucionalizada entre a Secretaria de Estado da Educação e a Igreja Católica foi estabelecida com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9.394/96, alterada pela lei de nº 9.475/97. A norma regulamenta a participação de entidades civis de diferentes denominações religiosas para definição dos conteúdos da disciplina, além de permitir atuação na formulação de normas para a

habilitação e admissão de professores. Mas, na mesma medida, a legislação veda o proselitismo e enfatiza a importância de respeito a diversidade religiosa do Brasil.

Tendo como base a força do catolicismo em Ouro Preto e Mariana, com sua hegemonia no campo religioso, presença e ocupação do espaço público, buscaremos refletir neste trabalho a invisibilidade das religiões e doutrinas não cristãs na formação de professores¹.

Ressalta-se que Ouro Preto possui limite territorial com o município de Mariana, sustenta o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, declarado em 1980 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1933, a cidade já havia sido tombada como Patrimônio Nacional. Poucos anos depois, em 1945, Mariana recebeu o título de Monumento Nacional concedido pelo então presidente Getúlio Vargas. Tais reconhecimentos referendam aos dois municípios indicativos de rotas turísticas para aqueles que buscam contemplar as tradições históricas e religiosas que remetem ao período colonial do Brasil.

ENCONTROS DE FORMAÇÃO

Na pesquisa buscou-se, primeiramente, compreender e analisar as principais discussões referentes a disciplina de Ensino Religioso no contexto nacional com a contribuição de Luiz Antônio Cunha (2013), Débora Diniz (2010), Roseli Fischmann (2012), Wagner Lopes Sanches (2010). Recorreu-se ainda a outros pesquisadores, como Antonio Viñao Frago (2001), Elena Maria Andrei (2016), Luciana Pacheco Marques (2012) e Tomaz Tadeu da Silva (2000). O estudo é uma análise qualitativa e teve como base princípios etnográficos, baseados em Geertz (1978), com definição e seleção de informantes, transcrição de textos, levantamento de genealogias e construção de diário de campo com registro das principais atividades relacionadas a formação de professores.

Em Ouro Preto houve acompanhamento de 2 reuniões de capacitação, no Centro de Formação Humana/Sociedade São Vicente de Paulo, enquanto em Mariana, foram acompanhados 6 encontros, no Centro Pastoral Arquidiocesano. Cada encontro tinha duração média de 4 horas, onde eram feitas leituras e socialização de textos distribuídos

¹ Este estudo é recorte de pesquisa realizada no ano de 2013 na Universidade Federal de Ouro Preto, sob o título “Encontros de Ensino Religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana: a laicidade da educação pública em questão”. Investigou-se como a laicidade do Estado Brasileiro e a diversidade eram tratadas nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, que tipo de proposta pedagógica era utilizada nestas reuniões de formação, como a diversidade religiosa era abordada durante as capacitações e como se estabelecia o conceito de Estado laico nesses eventos oferecidos em parceria entre Estado e Igreja Católica

pela coordenação dos Encontros de Metodologia e por professores cursistas, além de músicas, poemas, orações e dinâmicas de grupo. A formação tinha como público-alvo professores de Ensino Religioso das redes pública e privada da jurisdição da SRE Ouro Preto, que engloba ainda os municípios de Acaiaca, Itabirito e Diogo de Vasconcelos.

A formação se propunha a ser uma ferramenta de qualificação em dois sentidos: Instruir os professores para a sala de aula e provocar os participantes a levar, para o grupo de discussão, as experiências aplicadas que pudessem ser aproveitadas por outros cursistas, fossem eles iniciantes ou não na docência. A proposta inicial, a partir da LDB, era oferecer suporte à rede de ensino sob a justificativa de ausência de professores habilitados para a disciplina de Ensino Religioso. Com uma qualificação mais ágil, que no passado variou entre 40 horas e 120 horas, o profissional passaria a ser considerado capacitado para atuar na escola com uma classificação denominada "caráter de título precário"².

Pelas normas da Secretaria de Estado da Educação, a formação era oferecida originalmente como Curso de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso e teria validade até o ano de 2005 quando foi sancionada a lei 15.534 que regulamenta o exercício da docência do Ensino Religioso na rede estadual³. Em Ouro Preto, além de o nome ter sido modificado em algum momento ao longo dos 20 anos para Encontro de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, em substituição a Curso, a formação continuou sendo oferecida como recurso de capacitação à margem da legislação, como se constatou no ano de 2013. O curso de qualificação de professores ficou centralizado em sua preparação e definição de material pedagógico na pessoa de uma agente catequético da Arquidiocese de Mariana, formada no curso superior de Pedagogia e que anteriormente integrou o quadro de servidores da Superintendência Regional de Ensino.

Com recorte definido a docentes da rede pública, partiu-se para o acompanhamento das atividades nas reuniões realizadas nas cidades de Ouro Preto e Mariana. Nesses eventos reuniu-se para análise documentos socializados pela coordenação dos Encontros e pelas próprias cursistas. Definiu-se pela aplicação de

² Somente em 2005, por meio da lei 15.534, o Estado de Minas Gerais passou a operar com legislação regulamentando a formação acadêmica necessária para professores ministrarem a disciplina de Ensino Religioso. Em 2014, a norma sofreu duas alterações, com a sanção das leis nº 21.133 e 21.333.

³ A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criou três instâncias para suporte a disciplina, a partir de 1997, na formação de professores e elaboração de material pedagógico. O CONER - Conselho de Ensino Religioso, que reunia denominações religiosas; a COMCER - Comissão Central de Educação Religiosa, que funcionava na instância da Secretaria de Estado da Educação; e a CRER - Conselho Regional de Ensino Religioso, instalada nas Superintendências Regionais de Ensino.

questionários e de entrevistas semiestruturadas, totalizando 5 pessoas: 3 professoras, a coordenadora dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso e a superintendente Regional de Ensino de Ouro Preto.

DIVERSIDADE RELIGIOSA NAS CIDADES DE MARIANA E OURO PRETO

Diferente de outros espaços escolares, nas tricentenárias cidades mineiras de Ouro Preto e Mariana não apenas se fala nas aulas de História e Arte sobre casarões, palácios e igrejas do período barroco, mas é possível tocar e vislumbrar as suas marcas ao ar livre. Orientações e ações de conscientização sobre a necessidade de preservação do patrimônio histórico-cultural, por exemplo, não estão limitadas às reflexões e debates em cima de livros, mas podem ser contextualizadas por meio de visitas a monumentos históricos que desafiam o tempo.

Essa mesma realidade é possível quando estão em pauta as influências da religião na história do Brasil, contados a partir da colonização. A Igreja Católica Apostólica Romana manteve presença marcante na sociedade mineira com vigoroso catolicismo manifestado no século 18 no esplendor do barroco (PEIXOTO, 1993, p. 57). E a autora alerta que esse posicionamento se manteve nos anos vindouros com incisivas articulações em diversos setores da sociedade, seja por meio do clero ou dos leigos:

Nos moldes da atuação desencadeada em todo o País, a partir da década de 20, por D. Sebastião Leme e pelo Centro D.Vital, a ação do clero mineiro atinge sobretudo os leigos. Através deles, a Igreja espera constituir um corpo capaz de atuar na luta contra as ideias liberais e socialistas, contra o avanço do protestantismo e o declínio da moral católica. Para isso, a Igreja não mede esforços, utilizando-se os mais variados recursos. (...) Graças ao seu grande poder de mobilização, em Minas, os diversos segmentos da sociedade em organizações como: Associação de Moços Católicos, União Popular, Ligas pela Moralidade, Confederação Católica do Trabalho, etc.

Esta presença marcante e articulada pode ser vista ao se visitar as cidades de Ouro Preto e Mariana. Por meio da arquitetura, a presença de muitos templos aponta para uma cultura católica enraizada na vida da população. Outro mecanismo de análise é o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto a predominância de cristãos soma 86,8% da população (64,6% católicos e 22,2% evangélicos) no Brasil, nas cidades de Ouro Preto e Mariana, o percentual é maior e chega a 94% (TABELA 1) em cada uma delas. Os outros 6% estão fatiados entre ateus e agnósticos, em torno de 4%; os espíritas, 0,7% da população de Mariana e 1,3% da de

Ouro Preto; os pertencentes à umbanda e ao candomblé, somam, juntos, 0,02% em Mariana e 0,05%, na cidade vizinha.

Diante desse cenário no campo religioso, as cidades são conhecidas pelas suas igrejas que demarcam presença na arquitetura, obscurecendo até mesmo a percepção no espaço urbano de outros templos religiosos. Para exemplificar, recorreremos ao Atlas Digital dos Bens Móveis e Imóveis de Minas Gerais (2014), com base no Livro do Tombo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em Mariana, 22 bens foram tombados⁴ e mais da metade (15) está relacionada à Igreja Católica Apostólica Romana, sendo três capelas e 11 igrejas e um Seminário⁵. Em Ouro Preto, o número de inscritos no Livro do Tombo é ainda maior. Dos 47 bens registrados, quase a metade (22) são templos religiosos; nove capelas e 13 igrejas⁶.

Tabela 1 - Diversidade religiosa em Ouro Preto e Mariana

Religiões	Mariana <i>Número de habitantes -</i> 54.219	Ouro Preto <i>Número de habitantes -</i> 70.281
Católica Apostólica Romana	79,3%	83%
Evangélica	14,7%	11%
Sem religião	4%	3,7%
Espírita	0,7%	1,3%
Umbanda/candomblé	0,02%	0,05%
Outros	1,28%	0,95%
Total	100%	100%

Tais monumentos e templos religiosos apontam para uma percepção de que esses lugares são marcados pelo catolicismo, uma das reconhecidas características de Ouro Preto e Mariana, como pode ser observado muitas vezes nas abordagens feitas por veículos de comunicação com abrangência estadual e nacional. Todos os anos, por

⁴ São eles: Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Arquiconfraria de São Francisco, Capela de Santana, Igreja da Sé, Igreja de Nossa Senhora da Glória, Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Igreja de São Francisco de Assis, Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Igreja Matriz de São Caetano, Seminário Menor e Capela de Nossa Senhora da Boa Morte.

⁵ Este prédio foi cedido à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde funciona o seu Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICHS). Faz parte do prédio uma das capelas tombadas pelo IPHAN, que estava em funcionamento até o início do ano de 2014, com celebração de missas.

⁶ Capela de Nossa Senhora da Piedade, Capela de Nossa Senhora das Dores, Capela de Santana, Capela de São João, Capela de São José, Capela de São Sebastião, Capela do Bom Jesus das Flores, Capela do Padre Faria, Capela do Senhor do Bonfim, Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Santa Efigênia, Igreja de São Francisco de Assis e Igreja de São Francisco de Paula. Constam, ainda, Igreja do Bom Jesus do Matozinhos, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, Igreja Matriz de Santo Antônio em Glaura, Igreja Matriz de São Bartolomeu, Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia.

exemplo, a religiosidade é destacada em razão de suas procissões e cultos tradicionais nas festividades da Semana Santa e *Corpus Christi*, quando tapetes ornamentais formados por materiais recicláveis são desenhados em suas ladeiras valorizando ícones da fé católica.

Se nas terras brasileiras, quando os portugueses desembarcaram para explorar as riquezas naturais, depararam-se com os índios, com sua identidade, cultura e modo de expressar sua fé, pode-se afirmar que historicamente as terras ouro-pretana e marianense também possuem sua marca sobre a qual não se pode negligenciar. Basta considerarmos que, no passado, o Estado de Minas Gerais conquistou grande atenção da Coroa Portuguesa em razão do ciclo do Ouro, destacando-se como o maior plantel escravista do império (VEIGA, 2010). Essa intervenção social e econômica acabou por imprimir sobre as Minas Gerais um perfil que a distinguiu das demais localidades brasileiras diante da presença massiva dos escravos, conforme aborda Fonseca (2009, p.588). O autor afirma que, no século 18, a população de negros e mulatos livres "definiram as características raciais" da capitania.

Em outro estudo, realizado por Lima Filho (2010), a população negra correspondia por 52,22% (167 mil pessoas) do total da população de Minas Gerais, no ano de 1776, e que, se somada aos pardos, o percentual chegava a 79,22. O pesquisador afirma que a população de Ouro Preto, por exemplo, era marcadamente negra, parda e de mulheres desde a sua formação como arraial e que estas características se mantiveram ao longo do tempo, considerando o Censo de 2000 quando apurou-se o município ser a "segunda cidade brasileira em que sua população se autodenominou negra e parda, perdendo apenas para Salvador." (LIMA FILHO, 2010, p. 204-205).

Segundo Mattos *et al.* (2014), a partir do "Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil", o trabalho e o cotidiano dos escravizados foram marcados pela presença de diferentes procedências, nas mais diversas regiões e atividades, nas cidades, nas minas de ouro e nas fazendas. No Inventário, Ouro Preto é citada por meio da Mina de Ouro do Chico Rei-Encardideira; e Mariana, com o Sítio Arqueológico do Morro de Santana.

Esses homens e mulheres escravizados que trabalhavam em Ouro Preto e Mariana traziam consigo sua cultura religiosa que sofreu a intervenção dos senhores a partir da fé católica.

Africanos de diversas procedências converteram-se, fundaram irmandades, participaram de festas e construíram igrejas em devoção aos santos católicos

negros, como Santo Elesbão, Santa Efigênia, São Benedito e Santo António do Categeró, mas, especialmente, Nossa Senhora do Rosário. Por todo o território, ao longo do período colonial e de todo o século XIX, o catolicismo tornou-se também africano. Para além do patrimônio arquitetônico, as inúmeras igrejas pertencentes a irmandades de “Homens Pretos”, como eram oficialmente chamadas, representam hoje marcos visíveis dos africanos no conjunto da população católica. (MATTOS et al., 2014, p. 265).

Andrei (2016) afirma que o regime escravista buscava destruir toda e qualquer identidade como uma forma de controle e dominação e, desta forma, a cultura africana foi ignorada e negada como expressão de humanidade. Se de um lado a ação coercitiva dos senhores impunha o controle social, por outro lado, com interesses paralelos, a Igreja Católica buscava imprimir sobre os escravos a fé cristã. Explica a autora que, aos negros, era imposto o cristianismo católico como forma de apagar as crenças hereges e demoníacas trazidas da África, acusações e preconceitos que continuam sendo perpetuados nos dias atuais por alas dos cristãos ligados ao pentecostalismo, seja católico ou evangélico.

A partir deste contexto é possível afirmar que a intervenção católica onde os escravos estavam inseridos foi determinante para que se estabelecesse o processo de normatização e hegemonia da religião cristã. Desta forma, pode-se compreender, ainda que superficialmente, o campo religioso em Mariana e Ouro Preto, onde o cristianismo prevalece sobre as demais expressões religiosas e de crença. Contribuem para esta reflexão a afirmativa de Cunha e Cavaliere (2011, p.115):

Por seus praticantes terem sido, durante séculos, obrigados ao sincretismo religioso, como estratégia de sobrevivência diante da repressão religiosa e política, ainda hoje muitos deles se declaram católicos. Mesmo se a repressão já não existe, muito pelo contrário, é comum que os adeptos do candomblé e da umbanda assumam-se também como católicos. Daí que o número de praticantes das religiões afro-brasileiras encontra-se muito subestimado nos censos demográficos.

Como abordado anteriormente, segundo o IBGE, tanto a Umbanda quanto o Candomblé possuem representação tímida nas duas cidades; da mesma forma os seguidores da doutrina espírita. Cabe perguntar como uma cidade com fortes laços com os negros possui tão baixo índice quantitativos de pessoas pertencentes as religiões afro-brasileira? O que se abre para reflexões é se dentro da maioria cristã, aferida pelo Censo, não estão escondidos outros tantos candomblecistas e umbandistas que preferem serem identificados como cristãos como reflexo de autopreservação cotidiana diante da hegemonia que os cerca nas cidades históricas frente a ação catequizadora da Arquidiocese de Mariana, fundada como a 6ª diocese do país no ano de 1748.

A DIVERSIDADE E SUA INVISIBILIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

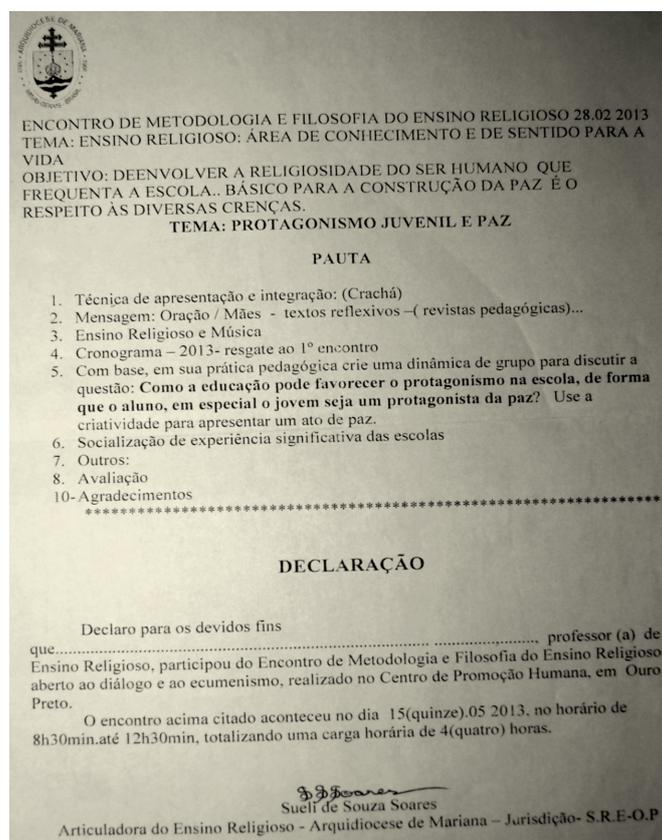
A diversidade deveria ser sempre um tema central e recorrente em qualquer proposta de formação de professores. A sala de aula, sobretudo a das instituições regulares de ensino, talvez seja um dos espaços de maior manifestação da representação das diversas realidades da sociedade plural em que vivemos. E esta pluralidade é formada por identidades diferentes em diversos campos, o que constitui o Brasil como um país da diversidade. É possível afirmar, a partir desta reflexão, que a diversidade compõe o DNA da nação brasileira, seja na área da religião, no campo étnico-racial, da biodiversidade etc. Parafraseando o campo da biologia, a nossa estrutura genética, mais precisamente nossa estrutura social, no caso aqui exposto, é formada por povos de diferentes culturas e nações. Interagindo umas com as outras, constituímos uma única identidade. Basta atentarmos para uma expressão conhecida em alguns lugares que afirma: "O Brasil é feito de vários brasis". Ora, em nossa compreensão, tal expressão aponta para um país com diversas realidades e culturas diferentes, mas que juntas compõe uma única nação, uma só identidade.

Partindo deste pressuposto, conviver com a diversidade não deveria ser em nenhuma medida tarefa árdua para o cidadão brasileiro. Mas ao contrário desta perspectiva, lidar com pessoas com identidades diferentes tem surgido como desafio em diversos espaços sociais, principalmente na área escolar. Qualquer mudança no cenário religioso com ascensão de evangélicos, decréscimo de católicos ou crescente número de pessoas agnósticas ou que se consideram ateus, reflete no campo escolar historicamente dominado e/ou influenciado pela religião, mesmo depois do hiato do processo de laicidade. Embora não haja nos dias atuais, de forma incisiva, atuação das instituições religiosas, a intervenção se dá por meio de alguns profissionais que tendem levar para a sala de aula os valores ideológicos vivenciados em seus templos, melhor dizendo na vida privada.

E parte do conflito se estabelece a partir desta visão de fazer valer a própria crença em detrimento ao campo religioso brasileiro marcado pela pluralidade. Qualquer atitude de reserva ou de preconceito com aquilo que não se conhece ou não se busca conhecer tende a criar muralhas que não permite ambiente favorável para o diálogo e a reflexão. Importante destacar que a experiência com a diferença é dada ainda na vida

familiar. Para Sanches (2013), uma das primeiras experiências que se vive no início da vida é, justamente, a da diferença. Ele afirma que as pessoas e as culturas possuem características distintas uma das outras e que esta descoberta da alteridade é a experiência da diversidade. Neste sentido, a consciência da existência da diferença possibilita à pessoa e à cultura estabelecerem a própria identidade, em meio a contradições e conflitos. Viver a alteridade não retira de si as características de identificação de um determinado indivíduo com a sua cultura ou religião. É possível dizer que conviver com o outro possibilita o autoconhecimento da própria identidade e da identidade daquele que difere de si próprio.

Em princípio, esta vivência com o outro, com a identidade diferente, foi apresentada como uma das preocupações da organização dos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso em Ouro Preto e Mariana, observando a afirmativa de que o curso era "aberto ao diálogo e ao ecumenismo" e que outras formas de crença deveriam ser respeitadas. Estas citações eram frequentes nos eventos de formação de professores por parte da coordenadora, o que nos leva a considerá-las quase como um *slogan*⁷ para aqueles que se propuseram à formação (FIGURA 1).



⁷ O *slogan* consta na Declaração de participação entregue aos cursistas pela coordenação em cada Encontro de Metodologia. Na FIGURA 01, a data da realização do evento difere daquela que consta na Declaração de Presença, conforme cópia recebida *in loco* no curso.

Figura 1 - Pauta e Declaração de Participação.
Fonte: Arquidiocese de Mariana/Jurisdicção SRE-Ouro Preto

Em cada um dos encontros, nos diálogos e leituras de materiais socializados tais citações eram postas pela organização de forma incisiva, o que nos levou a refletir sobre a filosofia adotada para formar professores de Ensino Religioso na parceria institucionalizada entre a Arquidiocese de Mariana e a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Partindo de tais afirmativas, que outras formas de crença poderiam se manifestar para aflorar a discussão, diálogo e reflexão sobre o campo religioso no Brasil? Quem são estes que irão utilizar do espaço oferecido para o diálogo e o ecumenismo? E nominalmente quais são as crenças a serem respeitadas? Poderíamos considerar num primeiro momento as expressões de crença apresentadas pelo IBGE, como extrato social do campo religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana? Sim, é possível que fossem elas a serem ouvidas, considerando a cultura religiosa local e/ou regional e o fato de a Arquidiocese de Mariana e a Superintendência Regional de Ensino abarcarem outras cidades. Mas o que se constatou na prática das reuniões de formação de professores em Ouro Preto e Mariana não condiz com o que aqui classificamos como *slogan* e que era dito constantemente pela a organização. Embora houvesse o discurso de abertura ao diálogo, ao ecumenismo e o respeito às crenças, este posicionamento não se materializou, segundo a nossa observação e pesquisa em campo, durante o período analisado.

Alcançamos esta conclusão quando analisados os grupos religiosos predominantes nos recursos pedagógicos socializados durante as reuniões pelos professores cursistas e pela coordenação da formação. Foram analisadas 50 unidades de material pedagógico, divididos em categorias: textos religiosos (34%), textos diversos (sem abordagem religiosa - 28%), instruções normativas (leis, normas - 12%), letras de músicas (12%), poemas (10%), desenhos (2%) e dinâmicas de grupo (2%). Recorreu-se, ainda, ao levantamento dos grupos religiosos citados nestes instrumentos pedagógicos (TABELA 2).

Tabela 2 - Grupos religiosos predominantes nos materiais dos Encontros de Metodologia

Religião	Presença no material didático (absoluto)	Presença no material didático (absoluto)
Cristãs	125	96%
Orientais	3	2%
Islâmicas	1	0,93%
Indígenas	1	0,93%
Total	130	100,00

A predominância do cristianismo, com representação de 96% do material, destoou em relação a outros seguimentos religiosos. Houve ampla referência ao nome de Jesus Cristo (125 citações) enquanto ao Budismo o percentual não ultrapassou 2%, com apenas 3 referências. A representatividade do Islamismo ficou limitada a 0,93%, com a citação de um Cumprimento Árabe utilizado como dinâmica de grupo. O mesmo percentual está relacionado aos Indígenas, o que contrasta com a sua rica cultura no Brasil que deu lugar nos Encontros de Metodologia a uma oração de uma determinada comunidade da Malásia.

Desta forma, a cultura e a história dos povos negro e indígena, que devem ser ministradas no Ensino Fundamental, segundo as leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, poderiam ser consideradas como oportunidade para elucidar a diversidade em nosso país. Nem mesmo a história e a religiosidade do povo negro do Estado de Minas Gerais foram considerados como objeto de estudo e reflexão dentro do contexto da diversidade religiosa brasileira, estadual ou até mesmo regional, considerando as cidades de Ouro Preto e Mariana - marcadas pelo sistema escravocrata. Neste sentido, conclui-se que o ecumenismo ora pregado como filosofia a ser seguida estava restrito ao cristianismo, considerando os dados coletados durante e por meio da formação e a ausência de líderes religiosos e profissionais da educação que pudessem elucidar o rico campo religioso do Brasil.

Outro aspecto observado, para tal conclusão, é o fato de as reuniões terem sido promovidas em ambientes marcados pela presença de ícones da liturgia católica. Em Mariana, no Centro Arquidiocesano Pastoral e, em Ouro Preto, na sala de reuniões da Sociedade São Vicente de Paulo, no Centro de Promoção Humana. No primeiro local, além da iconografia como livros, bíblia, crucifixos, cruzes e imagens de santos, era possível ainda conviver, mesmo que rapidamente, com religiosos que atuavam no local, como sacerdotes, leigos engajados na Igreja Católica e uma religiosa, popularmente

conhecida com irmã de caridade. No segundo espaço também havia rica presença de materiais da iconografia católica. Não se observou, nas sedes dos Encontros de Metodologia e Filosofia e da SRE/OP, ícones referentes a outras religiões como o judaísmo, o budismo, o islamismo, o hinduísmo, o espiritismo, a umbanda e ao candomblé.

A superintendente Regional de Ensino de Ouro Preto, Iracema Ana D'Aarc Pedrosa Mapa, foi questionada sobre o fato de as reuniões serem realizadas dentro de espaços claramente marcados pela identidade católica. A servidora pública justificou minimizando a escolha em razão de falta de espaço. E que apenas uma escola distante do centro da cidade, num distrito de Ouro Preto, oferecia estrutura para este tipo de formação.

Realmente por questões de [...] é nós temos uma necessidade grande de espaço e hoje nós não temos, se você pensar bem, a maioria das nossas capacitações é feita também nesse local. Não é só porque é Ensino Religioso; é Educação Religiosa, eu estou falando Ensino, mas é Educação Religiosa. Hoje, por exemplo, em Ouro Preto e Mariana, o espaço disponível é muito pouco e os poucos que têm, eles são caros; apesar de serem construídos com dinheiro público são caros. Por exemplo, nós temos o Centro de Convenções de Ouro Preto e foi construído com dinheiro público, federal, mas a gente tem que desprender uma nota grande pra isso; então a gente nunca tem esse dinheiro pra pagar. (Superintendente Iracema Ana D'Aarc Pedrosa Mapa).

A gestora foi questionada se o espaço escolhido não inibiria a participação de outros líderes religiosos e representantes de correntes de pensamento, dificultando a presença da diversidade: "De 2009 para cá, eu posso afirmar que não, que não houve. Inclusive nós temos professores de Educação Religiosa que não são católicos, que são protestantes, são batistas, são de outra religião e, no entanto, nunca questionaram".

Importante destacar que a fala da superintendente reafirma a identidade cristã da formação quando é dito católicos, protestantes, batistas. Mas não faz parte do discurso professores que são candomblecistas, umbandistas e espíritas. Nas duas cidades não existiram educadores com essas confissões religiosas ou formas de crença? Ainda que tal justificativa seja sustentável do ponto de vista da estrutura física, em nossa análise e compreensão tais lugares possibilitam ambiente favorável para a promoção do proselitismo, considerando a presença de religiosos, ícones e identidade católica. Sobre este aspecto da configuração do espaço, Antônio Viñao Frago (2001, p.78) vai dizer que:

O território e o lugar são, pois, duas realidades individuais e grupalmente construídas. São, tanto num quanto no outro caso, uma construção social. **Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. O espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo.** Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só as relações interpessoais - distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder -, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos - localização e posturas -, à sua hierarquia e relações. (grifo nosso).

O que chamamos atenção nesta reflexão é que o espaço de realização da formação não era neutro. E ainda que líderes religiosos, profissionais da educação, pesquisadores e estudiosos não frequentaram tais ambientes para contribuir com a formação, qualquer possibilidade de problematização, reflexão e diálogo sobre outras religiões ficou prejudicada por parte destes cursistas diante da força da simbologia católica.

Ampliando um pouco mais a questão, ateus e agnósticos ficariam à vontade para se posicionar e explicar a ideologia que seguem dentro de um espaço de evangelização católico (Centro Arquidiocesano e Sede São Vicente de Paulo), caso fossem convidados para expor a crença e não crença? Para esta pergunta não temos resposta precisa, mas buscamos neste trabalho problematizar as situações encontradas em campo na expectativa de contribuir com o debate sobre a diversidade religiosa, o princípio da laicidade e o campo da educação.

De volta a singularidade da fala da Superintendente Regional de Ensino de Ouro Preto, o que classificamos como invisibilidade de outras religiões, pontuamos também neste mesmo sentido o esclarecimento da coordenadora dos Encontros de Metodologia e Filosofia, a pedagoga Sueli de Souza Soares, sobre como surgiram estes eventos de formação.

Nasceram dos encontros que havia no Estado de Minas Gerais contemplando as regiões através das diversas Superintendências considerando as bases, pois desde o diagnóstico as equipes se reuniam com os professores da sala de aula e membros da comunidade para detectar anseios e expectativas, alegrias e tristezas para a construção de um planejamento único para o Estado que foi concretizado na década de 90. Eu, Sueli, frequentava muito os Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso que aconteciam, mais especificamente em Belo Horizonte promovidos pela Secretaria do Estado da Educação, através da COMCER (Comissão Central do Ensino Religioso), junto ao CONER (Conselho do Ensino Religioso) de Minas Gerais, onde padres e pastores atuavam juntos. Havia uma diversidade e nós professores também compondo as comissões regionais de Ensino Religioso (CRER) a

saber: Regional Ouro Preto, Ponte Nova, Divinópolis, Sete Lagoas e Conselheiro Lafaiete e outras. (Coordenadora Sueli de Souza Soares).

Destacamos que a diversidade é aqui pontuada e compreendida pela coordenadora na perspectiva cristã, com a presença de padres e pastores, a partir da década de 90. Tal compreensão equivocada por parte do Estado e da Igreja Católica aponta para a construção metodológica de formação de professores de Ensino Religioso num cenário marcado pela exclusão e invisibilidade das demais religiões e formas de crença em Ouro Preto e Mariana. Tal posicionamento pode reverberar na sala de aula, provocando exclusão e preconceito entre alunos e profissionais da educação, uma vez que os cursistas reconhecem a formação de Ensino Religioso como uma qualificação que estaria colaborando com suas práticas pedagógicas.

Olha, é um encontro que a gente pode trocar experiências. É um encontro que dá uma base para gente; na verdade, na verdade, quando eu iniciei com o Ensino Religioso eu não tinha a pós e foi lá que me deu uma base, que me orientou, onde que eu pude aprender como trabalhar com os alunos. É uma troca de experiência, que a gente troca material didático, a gente tem um apoio. (Professora Rebeca)⁸.

Nesse mesmo sentido, a professora Giovana corrobora com a colega sobre a importância do curso para sua atuação no espaço escolar.

Porque quando eu comecei a dar aula de Ensino Religioso, eu fui em busca de materiais, já que não tem uma proposta curricular de Ensino Religioso e aí eu descobri esse curso; eu fiquei sabendo de outros profissionais que vão a esse curso. É uma troca de experiência, então eu resolvi participar para me embasar mesmo na aula de Ensino Religioso. (Professora Giovanna).⁹

Trilhando o caminho de não contemplar a diversidade religiosa brasileira, o curso de formação se colocou no período analisado em desacordo com as regulamentações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9.394/96, alterada pela lei de nº 9.475/97. A norma regulamenta que deve haver respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, além de vetar o proselitismo. Ao mesmo tempo, o curso de capacitação de professores não se atentou para o princípio da laicidade, aquele mesmo previsto na Constituição de 1891, quando regulamentou que o

⁸ Atuando há 10 anos como educadora, dos quais sete anos com o Ensino Religioso, a professora Rebeca possui especialização em Ciências da Religião. Evangélica, a professora é formada em Letras. Entrevista gravada no dia 01.abr.2014, em residência, na cidade de Mariana.

⁹ A professora Giovanna é católica e possui licenciatura em História e especialização em Ciências da Religião. Leciona há sete anos e, no momento da entrevista, acumulava apenas um mês de experiência na disciplina de Ensino Religioso. Entrevista gravada dia 26 mar.2014 na praça Gomes Freire, em Mariana.

ensino em estabelecimentos públicos deveria ser "leigo", deixando de estar subordinado à Igreja Católica passando a ser gerido pelo Estado Brasileiro¹⁰.

Compreende-se leigo como aquilo que não está sob o domínio de religiosos, separado das religiões ou ainda como aquilo que se permite separar-se; este é um dos princípios do Estado laico que possibilita aos cidadãos a liberdade de culto ou o desejo individual de mudar de religião, não seguir preceitos de qualquer denominação ou simplesmente não crer em um ser espiritual. A partir deste conceito, o Estado não interfere nas religiões ou escolhas individuais, ao mesmo tempo que deve atuar com isenção para que haja um campo social favorável para existência e manifestação dos diversos modos de crença ou não crença. O Estado, ao adotar o princípio da laicidade, distancia-se dos cultos religiosos, sem assumir uma religião, privando-se de interferir no campo religioso seja pelo apoio ou bloqueio a alguma confissão religiosa (CUNHA, 2013).

Considerando que nos Encontros de Metodologia a diversidade religiosa e os princípios da laicidade não estavam em pauta, a formação provoca um caminhar pedagógico na contramão daquilo que defende Diniz (2010), quando afirma que as instituições de ensino são os espaços de promoção do bem e devem ser protegidas de interesses particulares, causados por exemplo pelas ações de proselitismo que tendem a divulgar uma única fé como verdade absoluta. Compreendemos que a escola é o lugar de formação que deve se pautar pela conscientização de cidadãos capazes de viver em sociedade com as diferenças, dentre elas as de expressões religiosas e de não crença.

É possível afirmar que a ausência de debates e elucidação da diversidade religiosa em Ouro Preto e Mariana nos Encontros de Metodologia esteja ligada a um sistema de poder, de hierarquização e de classificação daquilo que é considerado ou não religião a ser seguida. Para Silva (2000), este mecanismo de classificar significa deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos classificados. Partindo desta perspectiva é que as religiões dominantes instruem seus fiéis ou até mesmo a sociedade, seja em seus templos ou por meio de veículos de comunicação, por exemplo, sobre o que deve ser considerado ou não expressão de fé legítima a ser respeitada. Este cenário fica claro diante das acusações proferidas contra as religiões de matriz afro-brasileiras, acusadas por evangélicos e católicos carismáticos de estarem ligadas a seres espirituais demoníacos. Parece-nos apropriado dizer que, em Mariana e Ouro Preto, a proposta do diálogo, do ecumenismo e do respeito às crenças posta de forma verticalizada, ou seja de

¹⁰ Os princípios da laicidade também foram defendidos pelos Pioneiros da Escola Nova em 1932.

cima para baixo, da religião de maior predominância e de reconhecida força de aglutinação de seguidores/fiéis vai ao encontro desta perspectiva defendida pelo autor. Desta forma, estes modos de crença que aparecem nos dados do IBGE das cidades de Mariana e Ouro Preto, mas não estão representados nos cursos de formação fazem parte da construção de classificação sobre o que é puro, legítimo, natural e normal; o que realmente é religião. Neste sentido, o Candomblé, a Umbanda e o Espiritismo são relegados à invisibilidade dentro do mesmo processo de hierarquização sobre aquilo que não deve ser lembrado, muito menos citado na sala de aula como expressão de fé em algum ser superior. Muito menos espaço teriam o Agnosticismo e o Ateísmo.

Esta lacuna da invisibilidade é aquela reservada ao Outro, que não tem vez e voz para promover o diálogo e o ecumenismo na construção do respeito às crenças, como defende o curso de formação de professores de Ensino Religioso dentro das dependências da Igreja Católica e com a anuência e ao mesmo passo sem gerenciamento por parte da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, por meio da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu concluir que a proposta pedagógica utilizada nas reuniões de formação de professores nos Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso contou com textos religiosos, leituras sem abordagem religiosa, socialização de instruções normativas, músicas, poemas, desenhos e realização de dinâmicas de grupo, em reuniões sistemáticas nas cidades de Ouro Preto e Mariana, ao longo de 2013.

Concluiu-se, ainda, que a diversidade religiosa brasileira foi omitida e que a realização das reuniões dentro dos espaços de gerência da Igreja Católica dificultaram a promoção de debates e reflexões por parte das cursitas, ferindo inclusive os princípios da laicidade que regem o Estado brasileiro que permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferecer à esfera pública e a ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana (FISCHMANN, 2012).

A perspectiva de ecumenismo adotada não ultrapassou o campo da confessionalidade cristã e que outras formas de crenças não foram expostas e dialogadas pela coordenação da formação ou por qualquer líder religioso, professor, pesquisador que se teve conhecimento. Desta forma a formação de professores de Ensino Religioso

ficou caracterizada por uma iniciativa que não contemplou princípios da escola pública, laica em sua concepção segundo a lei vigente, aberta a todos os cidadãos brasileiros.

Os resultados mostraram que o Estado não regulou tais práticas pedagógicas que poderiam colaborar na construção do respeito a identidade diferente, independente do campo onde ela estiver presente. Uma proposta pedagógica elaborada por diferentes credos religiosos poderia vir a ser importante ferramenta de inclusão para parte dos alunos e seus familiares, professores e profissionais da educação, de forma geral, que historicamente são discriminados e estão à margem do convívio social, vítimas de rejeição ou do sentimento de compaixão por parte dos cidadãos considerados normais (MARQUES, 2012). Soma-se a isto o fato de os Encontros não terem priorizado discussões a cerca da cultura regional de Ouro Preto e Mariana, marcadas pelo sistema escravocrata e com importantes contribuições do ponto de vista cultural, educacional, político e econômico.

Considerando o período analisado, o ano de 2013, o curso Encontros de Metodologia e Filosofia do Ensino Religioso, oferecido pela Arquidiocese de Mariana e Superintendência Regional de Ouro Preto, pode ser classificado como inadequado para formar professores para a escola pública fundamentada nos princípios da laicidade e do respeito a diversidade cultural e religiosa da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ATLAS DIGITAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE MINAS GERAIS. *Inscrito no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional*. Disponível em: <http://www.atlasdigitalmg.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

ANDREI, Elena Maria. *Religiosidades Afro-brasileiras: resistência, interlocuções e identidade*. In: *Sociologia dos grupos raciais no Brasil e reflexões antropológicas sobre relações raciais no Brasil*. Módulo IV. [online]. Disponível em: http://www.nead.ufpr.br/arquivosMoodle/Etnico_Racial/relacoes_etnicoraciais_mod4. Acesso em: 14 mar. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Religiões: A descolonização religiosa da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio; CAVALIERE, Ana Maria. *O Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos*. Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2011.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Laicidade e Ensino Religioso no Brasil*. Brasília: Letras Livres/ EdUnB/ UNESCO Brasil, 2010.

ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. *Currículo, Espaço e Subjetividade - A arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Espelhos Patrimoniais em Ouro Preto. Museus e Passados Afro-brasileiro. *TOMO São Cristóvão-SE* n.º 16 jan./jun. 2010

FISCHMANN, Roseli. *Estado Laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil - Santa Sé*. São Paulo: Factash Editora, 2012.

FONSECA, Marcus Vinícius. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, V. 35, n.3, pp. 585-599, set./dez. 2009.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: *Por uma teoria interpretativa da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Minas Gerais [online]. Disponível em: www.ibge.gov.br/estadosat/temasmE.php?sigla=mg&tema=censodemog2010_relig. Acesso em: 17 mar. 2014.

MARQUES, Luciana Pacheco. Cotidiano Escolar e Diferenças. *Educ. Foco*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, pp. 101-117, mar./ jun. 2012.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Estud. hist.* Rio de Janeiro, v. 27, n.54, pp. 255-273, jul-dez.2014.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola - Minas Gerais, anos 30. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v.17, pp.56-63, jun.1993.

SANCHES, Wagner Lopes. *Pluralismo Religioso*. As religiões no mundo atual. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

SANTOS, G. A. *Encontros de ensino religioso nas cidades de Ouro Preto e Mariana: a laicidade da educação pública em questão*. 2014. 178 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana.

SILVA, Tomas Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da Inclusão Escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, Século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, pp. 263-286, abr. 2010.

Recebido em 30/04/2016
Aceito em 20/07/2016